

Pacote econômico será aprovado em vinte dias

Dentro de 20 dias, aproximadamente, o Congresso Nacional deverá aprovar o decreto-lei da estabilidade econômica, em vigor desde 28 de fevereiro. Essa é a previsão dos líderes da Aliança Democrática que participaram ontem, no Palácio do Planalto, da primeira reunião do Conselho Político, em 86. A leitura do decreto será feita hoje no plenário do Senado, pelo primeiro-secretário da Casa, Eneás Faria (PMDB-PR).

Além dessa definição do Conselho, ficou estabelecido ainda que o presidente José Sarney enviara, na próxima semana, o anteprojeto da Lei de Greve para ser votado até junho. A urgência do presidente da República em ver aprovado o decreto-lei e a Lei de Greve foi compartilhada pelos integrantes do Conselho.

As demais matérias da pauta de discussão do Conselho se limitaram ao debate sobre as questões da legislação partidária e eleitoral. Sobre a legislação eleitoral, segundo informações do líder Pimenta da Veiga, o deputado João Gilberto (PMDB-RS), está iniciando os estudos da Lei Falcão. A oito meses das eleições, não há nenhuma definição sobre a legislação eleitoral. Os parlamentares discutiram também o problema da candidatura nata que está sendo rechaçada na Câmara dos Deputados.

Prioridades

Na reunião do Conselho, com a presença do presidente Sarney, dos ministros Paulo Brossard, Justiça e Marco Maciel, Gabinete Civil e dos líderes da Câmara, Pimenta da Veiga (PMDB) e José Lourenço (PFL) e do Senado, Alfredo Campos (PMDB) e Carlos Chiarelli (PFL), definiu-se ainda as prioridades de tramitação das matérias no Congresso, durante o primeiro semestre.

Depois da aprovação do decreto-lei, a prioridade seguinte é a Lei de Greve. A estabilidade funcional será discutida mas, dificilmente deve ser votada no primeiro semestre. Informou o líder Pimenta da Veiga que mesmo não saindo a estabilidade funcional, «vamos pelo menos conter a rotatividade». Essa foi a mais longa reunião do Conselho Político. Ela começou às 11h15 da manhã, estendendo-se até às 13h30. O presidente da República mostrou-se descontrair e, segundo informou o líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, que pela primeira vez participa da reunião, «o clima era de harmonia e o Presidente mostrava-se satisfeito».

A primeira parte da reunião foi dedicada ao decreto-lei e ao problema de abastecimento e o ministro Brossard informou sobre o anteprojeto da lei que torna fianciançáveis os crimes contra a economia popular.